

<b>Assunto:</b> TJPE inicia II Semana Nacional do Júri	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b> Acontece
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 14/04/2015



> TJPE

## Semana do júri segue até a sexta

■ O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) iniciou, ontem, a II Semana Nacional do Júri. Até a próxima sexta-feira pretende-se julgar 501 casos relacionados a crimes contra a vida, sejam eles na forma tentada ou consumada. A 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes foi a unidade judiciária que mais agendou audiências no Estado. Para garantir o sucesso da iniciativa foi firmada uma parceria entre o TJPE, Defensoria Pública e Ministério Público. A força-tarefa tem uma logística própria, que visa assegurar o deslocamento dos profissionais entre os fóruns.

De acordo com o coordenador da Semana, em Pernambuco, desembargador Alexandre Assunção, a prioridade nos júris são os processos que entraram no sistema do TJPE até 31 de dezembro de 2009. "Nessa condição são 381 casos. No entanto, incluímos mais 120 processos, totalizando 501. As audiências de 2009 são prioridades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)", explicou o magistrado.

A Semana tem como proposta reforçar o combate ao crime em todo o País, julgando o maior número possível de homicídios dolosos.

<b>Assunto:</b> Justiça defere redução na conta	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> Acontece
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 14/04/2015



## ► COMPESA

---

# Justiça defere redução na conta

■ O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, deferiu (negou) o pedido de suspensão de liminar relativo à redução de 10% na fatura da conta de água dos clientes da Região Metropolitana. A decisão do magistrado derruba a determinação do juiz Tomás de Aquino Pereira de Araújo, da 4ª Vara Cível da Capital, que acatou a denúncia do Ministério Público, de que a água ofertada pela Compesa não atendia os padrões mínimos de qualidade.

A expectativa é de que hoje a promotora de Justiça de Proteção e Defesa do Consumidor, Liliane Rocha, ingresse com o pedido de execução da liminar, já que os outros itens definidos pelo juiz Tomás de Aquino não foram derrubados. O magistrado determina a apresentação mensal dos relatórios de controle de qualidade da água, por um ano e a adoção de medidas concretas para tornar a água própria para consumo. O descumprimento gerará multa diária de R\$ 3 mil à Compesa. A estatal não quis comentar.

<b>Assunto: Trégua entre Governo e TJPE</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 5</b>	<b>Data: 14/04/2015</b>



# Trégua entre Governo e TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Executivo entraram numa trégua, após polêmica sobre liberação orçamentária. O Pleno do Tribunal decidiu, ontem, aguardar o final de abril para que o governo apresente uma solução para o problema no orçamento no Poder Judiciário. Em ofício enviado para a Presidência do TJPE nesta manhã, o Governo de Pernambuco reforça a autonomia do Judiciário e afirma a impossibilidade de repassar de parte dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

O documento encaminhado pelo Executivo ao Tribunal, afirma que com o fechamento do primeiro quadrimestre do ano será possível construir uma solução dialogada para o problema. O Pleno ficará em estado de convocação

permanente e deve se reunir, novamente, no início de maio.

O presidente Frederico Neves ressaltou a disposição do Judiciário para o diálogo, colocando que a preocupação do TJPE se deve à necessidade de prestar serviço para a população pernambucana. “Queremos reafirmar o nosso compromisso com os postulados da independência e da autonomia do Judiciário, para que possamos prestar um serviço mais eficiente para a população. Isso não impede, antes aconselha, que estejamos disponíveis para o diálogo com vistas à resolução do problema. É importante dizer que sem esses recursos muitos projetos ficam inviabilizados”, destacou. Com o impasse, algumas medidas do TJPE ficaram suspensas. Entre elas, estão

## Saiba mais

**SISTEMA** -O governador Paulo Câmara assinou, ontem, um termo de cooperação técnica entre o Governo e a Alepe autorizando o acesso do Executivo ao banco de dados do Legislativo, que, além das leis aprovadas pelos deputados, passará a contar com os decretos editados pelo Estado. A medida facilitará o compartilhamento de informações entre os poderes. O Alepe Legis poderá ser acessado através do endereço [www.alepe.pe.gov.br/legislacao](http://www.alepe.pe.gov.br/legislacao).

vários projetos que reforçam o combate ao crime, previstos para o exercício de 2015.

<b>Assunto:</b> Trégua entre TJPE e governo estadual	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 14/04/2015

jornal do  **commercio**

# Trégua entre TJPE e governo estadual

**GESTÃO** Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco atendeu pedido de Paulo Câmara e deu um “crédito” ao Executivo no imbróglio sobre o orçamento do Judiciário

**Franco Benites**  
fbenites@jc.com.br

**A** briga entre o Executivo e o Judiciário iniciada semana passada por conta da não liberação de recursos por parte do governo estadual recebeu um freio ontem. Por meio de um ofício, o governador Paulo Câmara (PSB) pediu uma trégua ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no que diz respeito à cobrança por dinheiro. No documento, o governador solicita que as negociações entre os dois Poderes sejam retomadas em maio após a publicação do relatório de gestão fiscal do quadrimestre e afirma que aposta na construção de “uma solução negociada para as dificuldades financeiras e orçamentárias”.

O ofício do governador foi lido ontem pelo presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, durante reunião do Pleno do tribunal. Na ocasião, os desembargadores decidiram dar um crédito de confiança ao governo estadual e



Sérgio Bernardo/JC Imagem

**GOVERNADOR** Adotou um tom conciliador com o Judiciário

acatar o prazo solicitado. No entanto, o TJPE irá, desde já, consultar um escritório de advocacia para saber que medidas poderá tomar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso as negociações não sejam retomadas de forma satisfatória.

No ofício enviado ao TJPE, Paulo Câmara destacou que respeita o Judiciário e que acredita no diálogo entre os poderes e citou o período de “graves dificuldades econômico-financeiras” vivido pelo País e, por tabela, por Pernambuco.

O clima entre os dois Poderes começou a pesar na última quinta-feira quando o TJPE divulgou uma nota acusando o Executivo de fazer cortes severos no orçamento do Judiciário. O governo estadual respondeu em seguida, negando qualquer tipo de corte e o combate seguiu por meio da “troca” de notas oficiais.

## LEGISLATIVO

Se a relação entre o Executivo e o Judiciário não é das melhores, o governador aposta no bom relacionamento com o Legislativo. Ele assinou ontem um termo de cooperação técnica entre o governo e a Assembleia Legislativa para o compartilhamento de informações.

“Esse convênio permitirá que Executivo e Legislativo aumentem a sua capacidade de diálogo, mostrando a população que nós trabalhamos em conjunto”, declarou o governador após a assinatura do termo de cooperação ao lado do presidente da Assembleia, Guilherme Uchoa.

<b>Assunto:</b> Trégua entre TJPE e governo estadual	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> pinga-fogo
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 14/04/2015

# jornal do commercio

## Trégua do TJPE

O governo Paulo Câmara (PSB) pediu e o Judiciário deu prazo para ver as contas do Estado no quadrimestre. O gesto reduziu a tensão. Mas a curto prazo a conta não deve fechar, o que exige outra solução negociada.

<b>Assunto:</b> Segunda Semana Nacional do Júri	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 14/04/2015

## jornal do commercio

### A justiça exige agilidade

A justiça federal inicia hoje o julgamento dos cinco acusados do assassinato do advogado Manoel Mattos, morto a tiros em 2009, depois de denunciar a ação de grupos de extermínio na Zona da Mata Norte de Pernambuco. É o primeiro caso de homicídio federalizado do País, o que indica que os órgãos estaduais que desvendariam o crime, não funcionaram como deveriam. A investigação envolveu as polícias da Paraíba e de Pernambuco, e o assunto mobilizou até entidades internacionais. Por conta disso, as atenções do país se voltam hoje para o Recife. Justiça federal à parte, em uma outra esfera, teve início ontem a Segunda Semana Nacional do Júri. O mutirão, na justiça estadual, tem por objetivo “reforçar o combate ao crime”, com 491 julgamentos agendados, que já deveriam ter sido realizados. Como se sabe, a morosidade é má conselheira, seja o crime estadual ou federal. Antes do Pacto pela Vida, lançado em 2007, Pernambuco aparecia na liderança nacional de assassinatos: 4 mil 638, em 2006. Um ano depois, segundo dados oficiais, só 0,8 por cento haviam chegado a julgamento. Percentual que funcionaria como estímulo ao crime em qualquer lugar. Julgar é preciso. E logo.

<b>Assunto:</b> TJPE – Frase de Leitor do JC	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Opinião JC	<b>Seção:</b> Voz do Leitor
<b>Página:</b> 9	<b>Data:</b> 14/04/2015

# jornal do commercio

## ⇒ Frase



O TJPE, num “ato de bondade” desistiu da construção da nova sede, que custaria R\$ 1,7 bilhão. É bom lembrar que a atual sede do TJ foi construída há menos de 20 anos e nada poderia justificar a pretensão de construir uma nova sede. O Judiciário tem que abrir os olhos e parar de viver fora da realidade.”

---

⇒ **Carlos Campello**, por e-mail

<b>Assunto: Poder Judiciário – Orçamento 2015</b>	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B2	<b>Data:</b> 14/04/2015

# DIÁRIOdePERNAMBUCO

## **Defesa**

O deputado federal Jarbas Vasconcelos (PMDB) não usou meias palavras, em Caruaru, sábado passado, para defender o governo Paulo Câmara diante da greve dos professores e da pressão do Poder Judiciário a respeito do orçamento de 2015. Depois, o ex-governador João Lyra Neto (PSB) fez pronunciamento na mesma linha.



<b>Assunto: Poder Judiciário – Orçamento 2015 – O caminho para o entedimento</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: B5</b>	<b>Data: 14/04/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



Desembargadores se reuniram ontem e vão esperar por relatório do governo

# O caminho para o entedimento

## Gesto de Paulo Câmara de negociar orçamento abriu possibilidade de diálogo com o Judiciário

**JÚLIA SCHIAFFARINO**  
julliaschiaffarino.pe@dabr.com.br

**T**ribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e governo do estado caminham para um entendimento sobre o repasse dos R\$ 103 milhões ao Judiciário que, apesar de previstos em orçamento, estavam sob risco de serem travados pelo Executivo sob alegação de crise financeira. Ontem, durante a sessão na qual os desembargadores avaliavam a abertura de um processo contra o estado como forma de cobrar o valor, chegou um ofício do governador Paulo Câmara afirmando ser “possível, após a publicação do relatório de gestão fiscal do primeiro quadrimestre, construir uma solução negociada”.

No texto, o governador fala da independência e autono-

mia do Judiciário. O não repasse havia sido decidido pelo Executivo sem uma formalização prévia ao TJPE, o que foi entendido por alguns desembargadores como uma imposição. No documento, Paulo Câmara informa, ainda, “haver orientado o procurador-geral do Estado, o secretário da Fazenda, o secretário de Planejamento e o chefe da assessoria especial do governador a atribuírem especial atenção à questão”. No início de maio, o

### **O REPASSE AO JUDICIÁRIO CORRESPONDE A 3,7% DO ORÇAMENTO DO ESTADO**

Tribunal volta a se reunir para avaliar a situação.

“Esse orçamento precisa ser respeitado porque se não é respeitado, se é cortado, se é reduzido, os serviços ficarão mais precários para Pernambuco. Acredito, no final do quadrimestre, termos construído uma solução”, disse o presidente do TJPE, Frederico Neves, ressaltando que se o orça-

mento não for cumprido haverá um processo. “A Constituição não autoriza o corte pelo Executivo do orçamento do Judiciário. Se o valor não é repassado, o Judiciário pode perseguir, almejar junto ao STF um posicionamento que declare essa possibilidade”.

Atualmente, o repasse ao Judiciário corresponde a 3,7% do orçamento do estado, percentual classificado pelo Tribunal como “um dos três piores do país”. A previsão para este ano é de R\$ 1,27 bilhão. No ano passado, o estado anunciou uma redução de R\$ 56 milhões em relação a 2013. Caso os R\$ 103 milhões que são alvo da questão não cheguem aos cofres do Judiciário, esse valor subiria para R\$ 159 milhões. O prejuízo, conforme o Judiciário, seria o comprometimento de ações como a “duplicação das varas de Violência contra a Mulher e de Entorpecentes da capital, a instalação das varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.”

<b>Assunto: Tribunal realiza mutirão na segunda edição da Semana Nacional do Júri</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Tribunal realiza mutirão na segunda edição da Semana Nacional do Júri**

*Vara que mais tem julgamentos marcados é a 2ª do Tribunal do Júri de Jaboatão*

Começou nesta segunda-feira (13) a segunda Semana Nacional do Júri, e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realiza um mutirão. A unidade que mais agendou júris foi a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, com dez sessões marcadas. Os primeiros réus que são Rubens Veríssimo da Silva e Liney Marilyn Lopes Ribeiro Horts, que estão sendo julgados pelo homicídio duplamente qualificado de Alzenir da Silva Aureliano. Eles podem ser condenados por motivo fútil e à traição, emboscada ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima. O evento termina na sexta-feira (17).

O Judiciário pernambucano foi o que mais agendou júris no país para a iniciativa. No total, estão programados 481 julgamentos no Estado. Instituída pelo CNJ e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), a Semana tem como proposta reforçar o combate ao crime em todo o país, julgando o maior número possível de homicídios dolosos. O objetivo é realizar ao menos uma sessão de Júri em cada dia da semana, levando em conta o acervo de cada unidade judiciária.

Para a realização da iniciativa, o TJPE firmou parcerias com o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado. Atuarão no evento juízes de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, independente da área de atuação.

Em 2014, o Tribunal se destacou como a Corte que mais realizou julgamentos em todo o país ao promover 352 sessões de júri. Foram premiadas com o Selo Bronze pelo CNJ 50 varas, que realizaram juntas 237 sessões do Tribunal do Júri.

<b>Assunto: Impasse sobre corte de verbas ganha prazo</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1**

**PERNAMBUCO**

  
**NORDESTE**



TJPE X EXECUTIVO ESTADUAL

**Impasse sobre corte de verbas ganha prazo**

👍 32

<b>Assunto: Em PE, impasse sobre corte no orçamento do Judiciário ganha prazo</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Em PE, impasse sobre corte no orçamento do Judiciário ganha prazo

*Governador enviou carta à reunião de desembargadores nesta segunda. Presidente do TJPE afirma que acredita em acordo com o Executivo.*



Os 49 desembargadores compareceram à reunião no TJPE (Foto: Reprodução / TV Globo)

A negociação entre o Governo de Pernambuco e o Tribunal de Justiça do estado sobre os repasses de recursos orçamentários ganhou um novo prazo. Após reunião do pleno do TJPE nesta segunda-feira, ficou decidido que os desembargadores devem se reunir novamente na primeira semana de maio. A decisão foi aprovada depois da leitura de um documento enviado pelo governador Paulo Câmara.

O documento, não divulgado para a imprensa, afirma que o governo vai esperar o fim do mês de abril para analisar a possibilidade de cumprir o orçamento e buscar uma solução para o impasse, de acordo com o presidente do TJPE, Frederico Neves.

"O orçamento aprovado precisa ser observado, porque se é reduzido, os serviços ficarão cada vez mais precários para a população de Pernambuco. Mas nós confiamos na credibilidade do governador Paulo Câmara e acreditamos que ao final do quadrimestre nós tenhamos construída uma solução para esse grave problema que enfrenta o Poder Judiciário", afirma o presidente do TJPE.

Depois do novo prazo, no entanto, se não houver acordo entre Executivo e Judiciário, os desembargadores devem procurar o Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar os cortes no orçamento. "A Constituição da República não autoriza o corte, pelo Poder Executivo, do orçamento do Poder Judiciário. Mas acreditamos que o problema será resolvido. Estamos disponíveis para o diálogo", garante.

De acordo com Neves, o valor aprovado no orçamento é de R\$ 1,446 bilhão. O estado decidiu repassar R\$ 1,267 bilhão, menos R\$ 179 milhões para investimentos na Justiça. Segundo o presidente do Tribunal, isso comprometeria os planos de criar novas varas e organizar concursos para suprir a falta de juízes.

A reunião contou com os 49 desembargadores. Servidores da Justiça também acompanharam a sessão. Para eles, a redução no orçamento pode comprometer a luta pela chamada progressão salarial - uma espécie de plano de carreira que condiciona o aumento de salários à produtividade, tempo de serviço e capacitações. O Tribunal decidiu não levar à frente a implantação desse plano até que o orçamento anual seja definido.

### **Nota oficial**

Para a imprensa, o Governo do Estado reenviou nesta segunda uma nota oficial divulgada na última semana, onde reafirma que não existiu corte nos recursos repassados ao Judiciário. "A Lei Orçamentária, aprovada em 2014, previa que R\$ 1,8 bilhão viria de operações de crédito que seriam realizadas pelo Governo do Estado. Neste valor, estão incluídos recursos para o Poder Judiciário, exclusivos para investimentos, não podendo ser utilizado para outro fim. Essas operações de crédito dependem de autorização do Governo Federal. No entanto, como é de conhecimento público, por causa da crise econômica e financeira nacional, esta necessária autorização não foi concedida ainda a nenhum Estado da Federação. Sendo assim, até a definição de uma mudança de orientação por parte da equipe econômica do Governo Federal, inexistem os recursos na fonte de operações de créditos, que possam ser utilizados pelo Governo do Estado", diz o texto.

<b>Assunto: Compesa deve começar a analisar qualidade da água nas Estações de Tratamento nesta segunda</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Compesa deve começar a analisar qualidade da água nas Estações de Tratamento nesta segunda**



Estação de tratamento da Compesa passarão a ter a água analisadas. Foto: Arquivo/DP/D.A.Press

Terminou nesta segunda-feira o prazo dado à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) para cumprir a decisão da 4ª Vara Cível da Capital e analisar a qualidade da água nas Estações de Tratamento da Região Metropolitana do Recife (RMR). A liminar foi concedida a pedido do Ministério Público de Pernambuco em virtude da má qualidade da água. Em caso de não cumprimento, será aplicada multa diária no valor de R\$ 3 mil.

Na decisão, o juiz Tomás de Aquino Pereira de Araújo também determinou a redução da tarifa cobrada dos usuários do Grande Recife em 10%; a apresentação mensal nos autos das planilhas com os relatórios de controle de qualidade da água, observando os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde; a informação do laboratório da Compesa e de outros dois laboratórios da rede pública ou credenciada aptos para realizar as referidas análises; a apresentação das amostras de análises nos autos por um período de 12 meses; e a adoção de medidas concretas para tornar a água própria para consumo dentro dos padrões de potabilidade legalmente previstos.

Segundo o pedido do Ministério Público, foi instaurado na Promotoria de Justiça de Proteção e Defesa ao Consumidor o inquérito civil para apurar o não atendimento dos padrões mínimos de qualidade da água, constatando a existência de coliformes totais e

de escherichia coli, que causam contaminação da água e doenças aos usuários.

De acordo com o magistrado, é alarmante a quantidade dos informes epidemiológicos que relatam os casos de surtos e óbitos causados por doenças transmitidas pela água. Ainda segundo ele, existem determinados elementos e compostos químicos que, mesmo em baixas concentrações, conferem à água características de toxicidade, tornando-a imprópria para grande parte dos usos, como os microrganismos e as bactérias do grupo coliforme que contaminam as pessoas que se abastecem de forma inadequada dessa água .



<b>Assunto: Servidores do judiciário fazem paralisação de advertência até quarta</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Servidores do judiciário fazem paralisação de advertência até quarta**

*Categoria articulou paralisação em assembleia no último dia 9*

Dentro das ações de advertências articuladas pelo Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco, a categoria cruza os braços nesta segunda (13), terça (14) e quarta (15). No encerramento da mobilização, na quarta, ainda está prevista uma assembleia e uma passeata até o Palácio Campo das Princesas, às 15h.

As ações foram articuladas em assembleia, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, no último dia 9. Em meio ao impasse entre Judiciário e Executivo estaduais, os servidores pedem a implantação imediata da progressão funcional. De acordo com o sindicato, os trabalhadores do estado são os que recebem o menor salário base no país.

Na quarta-feira (15), a passeata sai às 15h, do Fórum Paula Batista, no bairro de Santo Antônio, na área central do Recife. De lá, o grupo segue para o Palácio do Campo das Princesas. Estima-se que cerca de mil servidores participem do ato.

<b>Assunto: Paulo Câmara pede à Justiça trégua até o fim de abril</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Paulo Câmara pede à Justiça trégua até o fim de abril



*Paulo Câmara e Frederico Neves em tempos de boa convivência. Foto de arquivo.*

Um ofício enviado pelo governador Paulo Câmara (PSB) para o desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, colocou panos quentes sobre a celeuma desencadeada entre os poderes Executivo e Judiciário, ao menos por enquanto. Durante a sessão do Pleno desta segunda-feira (13), o desembargador leu o comunicado e o grupo, formado por 49 desembargadores, acatou o pedido do chefe do executivo estadual para postergar a discussão sobre o orçamento até o fechamento do quadrimestre, que acontece no fim de abril, quando se tem uma noção da receita arrecadada.

Na última quinta-feira (9), o TJPE divulgou nota acusando o governo estadual de fazer um “corte expressivo no orçamento do Judiciário. O embate estava formado. De acordo com a assessoria do tribunal, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhões, mas houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam tirado outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo pleno do TJPE, que correspondia a R\$ 1,43 bilhão.

A redução do orçamento afeta, principalmente, o plano de progressão da carreira dos servidores do TJPE. A proposta de progressão funcional foi apresentada pela presidência do tribunal em 30 de maio. A aprovação veio no dia 03 de junho. No último dia 02 de outubro, a peça orçamentária de 2015, que reserva recursos para o projeto, foi

aprovada, por unanimidade, no pleno do tribunal. Na ocasião, os desembargadores também declararam apoio irrestrito ao projeto de valorização da carreira apresentado pelo presidente do tribunal. Porém, os ventos mudaram e a proposta não prosperou.

No ofício, Paulo Câmara pontua as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo de Pernambuco e cita os ajustes de orçamento feitos pelo governo federal. Em meio ao cenário, o pleno deu um “voto de confiança” ao governo. As discussões devem ser retomadas em maio.

Porém, paralelo ao acordo, o pleno decidiu se resguardar e vai consultar um escritório de advocacia para, caso não haja acordo com o governo, analisar quais medidas serão tomadas. No caso de negativa, o TJPE pode ingressar com ação judicial sobre a inconstitucionalidade do corte orçamentário.

Na nota enviada semana passada, o TJPE classificava como “desrespeito à autonomia do Poder Judiciário” o corte de orçamento e falava que “a medida colocaria em risco o Estado Democrático de Direito”.

O governo se defendeu afirmando que “não houve nenhum corte no orçamento”. Segundo a nota, o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês.

<b>Assunto: Paulo Câmara não vai desequilibrar as finanças do Estado por nada</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Paulo Câmara não vai desequilibrar as finanças do Estado por nada



Foto: Roberto Pereira/ SEI

O governador Paulo Câmara, mesmo pressionado até pelo Poder Judiciário do Estado, já avisou a aliados que não vai desequilibrar as finanças do Estado por nada, absolutamente nada. Por esta linha de raciocínio, não vai ajudar muito o TJPE mandar os servidores irem protestar na porta da sede do governo do Estado.

A conversa com o TJPE, aliás, manteve a coerência, seguindo o mesmo discurso de que vai aguardar os números do quadrimestre. Todos sabem que o ano será de aperto e o governo socialista tem a seu lado a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede manobras populistas.

Como não havia LRF, quando Joaquim Francisco sentava na mesma cadeira de Paulo Câmara, antes de deixar o cargo, concedeu aumentos para os servidores, que acabaram estourando nas costas do governo Miguel Arraes. Os socialistas, que se recusavam a admitir uma agenda modernizadora, com privatizações de estatais ineficientes, preferiram acusar FHC de cerco ao Estado de Pernambuco.

Voltando aos dias de hoje: Paulo Câmara também tem sido municiado do quadro nacional pela Sefaz e as notícias que chegam dos demais estados são péssimas. Na

reunião do Confaz, por exemplo, a unanimidade dos estados disse que não tem espaço para reajuste salarial.



**PERNAMBUCO**

GOVERNO DO ESTADO

O FUTURO A GENTE FAZ AGORA

**Gabinete do Governador**

Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n  
50.010-928/ Recife/PE  
Telefone: (81) 3181-2100 / Fax: (81) 3181-2322

Ofício nº 231/2015 – GG/PE

Recife, 13 de abril de 2015

**A Sua Excelência o Senhor  
Desembargador FREDERICO NEVES  
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Recife - PE**

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 80/2015-GP, protocolizado, neste gabinete, no último dia 09 de fevereiro, reafirmo, de plano, o respeito que dedico ao Poder Judiciário e a firme disposição de conduzir o Executivo a contribuir, ao longo de toda a gestão há pouco iniciada, para o permanente aprimoramento dos relevantes serviços que a Judicatura presta à sociedade pernambucana.

Reitero, ainda, a crença no diálogo, na transparência e no esforço como as ferramentas necessárias à superação dos obstáculos que sempre são encontrados na gestão dos interesses públicos, ainda mais em períodos de graves dificuldades econômico-financeiras, como o atualmente vivido pelo País.

É fato que, materialmente impossibilitado de atender à proposta de orçamento aprovada pelo Pleno desse Egrégio Tribunal de Justiça para o exercício de 2015, o Poder Executivo, em 2014, propôs a alocação do importe de R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de reais) do orçamento do Poder Judiciário na denominada fonte 103, para fins exclusivos de investimento, destinada a ser formada pelo resultado de operações de crédito, disso fazendo ciente essa Egrégia Corte, o que posteriormente foi objeto de aprovação pelo Poder



**PERNAMBUCO**

GOVERNO DO ESTADO

O FUTURO A GENTE FAZ AGORA

**Gabinete do Governador**

Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n

50.010-928/ Recife/PE

Telefone: (81) 3181-2100 / Fax: (81) 3181-2322

Legislativo, ainda em 2014.

As referidas operações de crédito, todavia, por força do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), dependem de autorização do Governo Federal, que, por força da crise econômica e financeira nacional que vem se agravando desde o final de 2014, não a concedeu a nenhum Estado da Federação no corrente exercício. A impossibilidade de contratação de operações de crédito conduziu à absoluta impossibilidade de repasse, até a presente data, da importância que seria destinada à realização de investimentos por parte do Poder Judiciário.

Tenho, todavia, a convicção de que é possível, após a publicação do relatório de gestão fiscal relativo ao primeiro quadrimestre, construir uma solução negociada para as dificuldades financeiras e orçamentárias em causa, sem descuidar do equilíbrio fiscal do Estado e sem desconhecer os ingentes sacrifícios que as circunstâncias econômicas atuais a todos impõem. Informo, a propósito, haver orientado o Procurador Geral do Estado, o Secretário da Fazenda, o Secretário do Planejamento e o Chefe da Assessoria Especial do Governador a atribuírem especial atenção à questão ora referida.

Seguro do elevado espírito público que anima esse Egrégio Tribunal, subscrevo-me, renovando votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA**  
Governador de Pernambuco

<b>Assunto: Servidores do TJPE não aliviam e dizem que falta dinheiro porque Paulo Câmara pagou R\$ 93 milhões para Odebrecht</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Servidores do TJPE não aliviam e dizem que falta dinheiro porque Paulo Câmara pagou R\$ 93 milhões para Odebrecht**

Se o TJPE, publicamente, recuou do confronto com o governo do Estado, para evitar uma crise institucional, a Comissão de Negociação de Servidores do TJPE não adotou o mesmo caminho e não poupou o governador de críticas,

### **Veja a nota pública abaixo:**

A Comissão de Negociação dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário de Pernambuco, diante da crise institucional entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário em relação à implementação do Plano de Progressão Funcional da Categoria, vem publicamente:

REPUDIAR o atraso na implementação do nosso Plano de Progressão Funcional da Categoria, ressaltando a sua importância para o bom funcionamento dos serviços públicos prestados à população de Pernambuco e à melhoria da qualidade de vida dos servidores e das servidoras do Poder Judiciário;

REPUDIAR a quebra da obrigação constitucional na transferência integral do duodécimo, pelo Governador Paulo Câmara, ao repassar apenas o percentual de 3.73% do Orçamento Geral do Estado de Pernambuco ao Poder Judiciário, que coloca a Justiça em Pernambuco como uma das três piores no País;

REPUDIAR a tentativa do Governador Paulo Câmara em negar o corte orçamentário do Poder Judiciário, o que foi reconhecido pelo próprio Governo do Estado em ofício encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça lido em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça em 13.04.2015.

APOIAR a unidade do Poder Judiciário em defesa da sua Independência e Autonomia previstas na Constituição Federal;

LAMENTAR as diversas tentativas do Governador Paulo Câmara em se eximir de suas responsabilidades e desviar a opinião pública, ao relegar o descumprimento da Lei Orçamentária em vigor para o Governo Federal, repetindo a mesma conduta ao transferir a Crise do Sistema Penitenciário do Estado para o Poder Judiciário, no início deste ano.

LAMENTAR a transferência de 93 milhões de reais do orçamento do Estado para a empreiteira Odebrecht, responsável pela construção da Arena Pernambuco, assim como

a manutenção da Lei 13.484 de 2008, que estabelece renúncia tributária sobre o ICMS para a FIAT, em um momento de crise no Serviço Público Estadual;

REIVINDICAR ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco o envio imediato do Plano de Progressão Funcional da Categoria para a sua aprovação pelo Pleno do Tribunal, concomitantemente às negociações junto ao Governo do Estado;

SAUDAR as declarações de apoio e solidariedade à luta pela implementação do Plano de Progressão Funcional da Categoria feitas pela OAB/PE, AMEPE, Magistrados, Parlamentares, Centrais Sindicais, Sindicatos, Diretórios Acadêmicos e Movimentos Sociais;

CONCLAMAR toda a categoria à unidade e ao engajamento no calendário de lutas aprovado na última Assembleia Geral:

13/04 – Paralisação da categoria, com participação dos servidores e servidoras na sessão da Corte Especial, com concentração a partir das 9h, no Palácio da Justiça;

14/04 – Paralisação da categoria e intensificação da mobilização dos servidores e servidoras nos fóruns em todo o Estado;

15/04 – Paralisação da categoria com Assembleia Geral às 14h, em frente ao Edf. Paula Batista;

22/04 – Paralisação com Grande Passeata rumo ao Palácio do Governo, com concentração às 14h, no Fórum Rodolfo Aureliano, com Assembleia Geral ao fim, com indicativo de decretação de greve por tempo indeterminado.



<b>Assunto: Crise entre poderes. TJPE confirma decisão de aguardar Executivo para construir solução dialogada para orçamento</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 14/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Crise entre poderes. TJPE confirma decisão de aguardar Executivo para construir solução dialogada para orçamento**

O Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu, nesta segunda-feira (13/4), aguardar o final de abril para o Poder Executivo apresentar uma solução para o problema no orçamento no Poder Judiciário. Em ofício enviado para a Presidência do TJPE nesta manhã, o Governo reforça a autonomia do Judiciário e afirma a impossibilidade repasse de parte dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

Segundo o documento encaminhado pelo Executivo, com o fechamento do primeiro quadrimestre do ano será possível construir uma solução dialogada para o problema. O Pleno ficará em estado de convocação permanente e deve se reunir no início de maio.

O presidente Frederico Neves ressaltou a disposição do Judiciário para o diálogo, colocando que a preocupação do TJPE é com a prestação do serviço para a população. “Queremos reafirmar o nosso compromisso com os postulados da independência e da autonomia do Judiciário, para que possamos prestar um serviço mais eficiente para a população. Isso não impede, antes aconselha, que estejamos disponíveis para o diálogo com vistas à resolução do problema. É importante dizer que sem esses recursos muitos projetos ficam inviabilizados”, destacou.

Entre as medidas que estão suspensas e aguardam a solução para o orçamento, estão vários projetos que reforçam o combate ao crime, previstos para este ano, tais como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes da Capital, a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.

**Assunto: Paulo Câmara e o presidente do TJPE tentam acordo. Veja nos tweets imaginários**

**Veículo:** Blog de Jamildo

**Data:** 14/04/2015

**Editoria:**

**Seção:**



**Paulo Câmara e o presidente do TJPE tentam acordo. Veja nos tweets imaginários**





FONTE: **Jamildo**

<b>Assunto: Juíza Ana Luiza Câmara</b>	
<b>Veículo: João Alberto</b>	<b>Data: 14/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **A presença da primeira-dama**



A primeira-dama de Pernambuco, Ana Luiza Wanderley Câmara tem estado ao lado do governador Paulo Câmara em praticamente todos os eventos do estado. Ela continua exercendo sua atividade normal como juíza do TJPE, mas sempre que pode está junto do marido. Como aconteceu nos eventos do Pernambuco para Todos no final de semana.